

TEXTUALIZAÇÃO DE PRÁTICAS SOCIAIS E RECONFIGURAÇÃO DE DISPOSITIVOS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO EM SAÚDE NA CULTURA DIGITAL⁴⁴

TEXTUALIZATION OF SOCIAL PRACTICES AND RECONFIGURING OF INFORMATION AND COMMUNICATION HEALTH DEVICES IN DIGITAL CULTURE

Regina Maria Marteleto
Mariana Bteshe
Marcus Vinicius Silva

Resumo: Na sequência de projetos de pesquisa que resultaram na construção de dispositivos de informação e comunicação em saúde, em formato impresso, o trabalho aborda um novo campo conceitual para a reconfiguração desses experimentos no ambiente digital. Apresenta o Modelo interpretativo de análise (Mia), baseado na tripla dimensão das redes sociais – interativas, cognitivas e semânticas – que sustentou a construção dos dispositivos, para o estudo da espacialidade e da textualidade dessas redes: Informação em Movimento; Almanaque da Dengue; Almanaque do Agente Comunitário de Saúde; Zine's Violento. No recorte do trabalho, o foco é a reconstrução textual dos dispositivos no ambiente digital, e por isso recuperam-se abordagens conceituais sobre a cultura digital e os conceitos de dispositivo, texto, hipertexto, arquitexto, contrato de leitura e contrato de conversação, inspirados principalmente em estudos das Ciências da informação e da comunicação de linha francesa. Dentre outras conclusões, registra-se que os dispositivos em formato digital devem resguardar os gestos editoriais que deram origem a esses experimentos: marcas sociais, autoria compartilhada, modos de mediação e de apropriação, agora favorecidos, hipoteticamente, pelo modo interativo, conversacional e icônico dos textos e das oralidades na cultura digital.

Palavras-chave: Informação. Saúde. Dispositivo. Texto digital. Arquitexto.

Abstract: As a result of research projects, we developed information and communication devices in health, in printed form. This paper discusses a new conceptual field for the reconfiguration of these experiments in the digital environment. We are presenting the Interpretive Analysis Model (Mia), based on the three dimensions of social networks – interactive, cognitive and semantic - that supported the devices constructions for the study of spatiality and textuality of these networks. The devices constructed were: "Informação em Movimento"; "Almanaque da Dengue"; "Almanaque do Agente Comunitário de Saúde"; "Zine's Violento". This paper focused on the textual reconstruction of these devices in the digital environment. And therefore are recovered conceptual approaches as regards the digital culture and concepts of device, text, hypertext, architext, reading contract and conversational contract, supported mainly by studies based on the French approach of the Information and Communication Sciences. Among other findings, it emphasizes that the devices in digital format must safeguard the editorial gestures that originated in these experiments: social marks, shared authorship, ways of mediation and appropriation, now improved, hypothetically, by the interactive, conversational and iconic mode of texts and orality in digital culture.

Keywords: Information. Health. Device. Digital text. Architext.

⁴⁴ Projeto de pesquisa “Dispositivos de informação e comunicação na pesquisa e na intervenção social em saúde: proposta de construção de plataforma web interativa”, financiado pelo CNPq/MCTI para o período 2012-2015.

1 INTRODUÇÃO

A concepção de dispositivos de informação e comunicação em saúde, tratada nesse texto, se inscreve na continuidade de projetos de estudos e experiências desenvolvidos pelo Grupo de Pesquisa Cultura e Processos Infocomunicacionais (Culticom), desde os anos de 1990. Neles se envolveram, em diferentes momentos, grupos de pesquisadores e estudantes, em parceria com entidades, associações, lideranças e grupos comunitários. A invenção, o desenvolvimento e a promoção desses dispositivos baseiam-se em reflexões teóricas aprofundadas cujo propósito é interligar cultura, informação, comunicação e práticas sociais, resultando em processos editoriais experimentais de concepção e operacionalização compartilhada dessas ferramentas.

A fim de representar a pluralidade de atores, saberes e práticas contidas na compreensão das ações de intervenção em saúde, foram empregados formatos textuais e editoriais da “comunicação popular escrita” (PELLEGRINI FILHO, 2009), como os almanaques e os fanzines, de forma a realçar o ponto de vista popular, entendendo este último como “ a presença do elemento humano de total variedade em qualquer escala social” (PELLEGRINI FILHO, 2009, p. 37) portanto, aptos a expressar as mediações das narrativas populares e do saber científico a respeito das questões de vida, saúde e adoecimento.

São recuperados e aprofundados os conceitos de dispositivo, texto, hipertexto, “arquitexto”, contrato de leitura e contrato de conversação numa perspectiva relacional, visando, sobretudo, exhibir o estágio conceitual em que se encontra o estudo. O pressuposto geral da pesquisa considera a tripla dimensão das redes de produção, mediação e apropriação dos sentidos sobre a saúde: a dimensão social (rede interacional); a dimensão cognitiva (rede de saberes e práticas); a dimensão semântica (rede de ação e significado). A partir dessa hipótese, os dispositivos impressos ou digitais conservariam as marcas de autoria, mediação e uso que os constituíram enquanto documentos e tecnologias de informação e comunicação em saúde.

Dessa forma, no processo de transposição dos dispositivos entre meios técnicos diferenciados suas marcas de produção, mediação e uso precisam ser consideradas, bem como previstos os novos elos interativos, cognitivos e semânticos que serão criados a partir de suas novas apropriações. Utilizam-se conceitos inspirados, dentre outros, no campo francês das Ciências da Informação e da Comunicação.

No recorte aqui apresentado, o interesse é o de refletir sobre a textualidade das práticas sociais, cognitivas e simbólicas e dos gestos editoriais que conformam os dispositivos, no momento da sua reconfiguração no meio digital.

2 CONSTRUÇÕES SOCIAIS, TEXTUAIS E SIMBÓLICAS

No decorrer das pesquisas foi construído um Modelo Interpretativo de Análise (Mia) para orientar o estudo das redes sociais e de saberes em saúde (MARTELETO, 2010), a partir de pesquisas qualitativas e etnográficas, dimensionando essas redes em três planos analíticos-interpretativos: o social (redes interacionais); o cognitivo (redes de saberes e conhecimentos); o semântico (redes de significado e de ação). Esse mesmo modelo, em constante reconstrução no desenvolvimento dos estudos, instruiu a produção dos dispositivos de informação e comunicação em saúde, com base no interesse em explorar a textualidade dessas mesmas redes: o hipermídia “Informação em Movimento” (2001); o “Almanaque da Dengue” (2004); os “Zine Violento” (2007); o “Almanaque do Agente Comunitário de Saúde” (2011).

A noção de *terceiro conhecimento* foi empregada como categoria operacional a fim de demarcar as mediações e disputas simbólicas entre os atores institucionais, a mídia e a população sobre os sentidos culturais, biológicos, sociais e políticos da saúde. Ela auxiliou a descrever e interpretar os processos de “construção compartilhada do conhecimento” (CARVALHO et al., 2001) como uma espécie de hibridação de diferentes formas de conhecimento. A ‘terceridade’ do conhecimento estaria relacionada aos diferentes pesos de legitimidade e de poder das formas de conhecer, bem como às possibilidades de formação de elos cognitivos, práticos e simbólicos entre os saberes de cada parte para intervir nas políticas públicas e no controle social da saúde, dando origem a um “conhecimento social” (MARTELETO; VALLA, 2003; MARTELETO; NÓBREGA; MORADO, 2013)

No processo de invenção compartilhada dos dispositivos infocomunicacionais adota-se um foco socioantropológico para entrever certos elementos presentes nesses conflitos e alianças, como a tensão entre discurso (ou a linguagem autorizada e o poder de enunciação de especialistas, gestores e técnicos), e narrativa (ou a linguagem do mundo da vida e da experiência), a qual dá origem aos contrastes e às interações, construindo um tipo de prática social e textual que se poderia designar “narrativa informacional” (RIBEIRO; OLIVEIRA; WILKE, 2003). Um dos objetivos principais dessas construções coletivas é o de confrontar, interpretar e reeditar saberes e narrativas em saúde a fim de buscar formas de sistematização das práticas e sentidos sociais, construídos em meio à cultura e o cotidiano comunitários.

A primeira experiência de construção de dispositivos empregou a tecnologia e a linguagem hipermídia para a construção da página web “Informação em Movimento”, em 2001, destinada a coletar e representar a história, as personagens, as lutas políticas, as redes sociais e a vida corrente de comunidades populares. O objetivo seria apontar caminhos

possíveis para a organização e a sistematização de informações coletadas e produzidas por Organizações não-governamentais (Ong's) e outras organizações da sociedade civil.

O ponto de partida teórico para a criação desse dispositivo foi a ideia de que, como instrumento conceitual e operacional, o hipermídia representa uma forma de organização das informações mais coerente com a proposta e com a realidade dos grupos estudados na pesquisa, a partir de três concepções: a) teórica: renovação de conceitos relativos à comunicação, transferência da informação, aprendizagem, experiência, linguagem, etc; b) metodológica: construção de uma representação das redes comunitárias e de intervenção social, nos planos: social, cognitivo e simbólico; c) aplicada: delineamento de métodos de construção, organização e representação do conhecimento social e suas formas compartilhadas de construção⁴⁵.

O pressuposto da pesquisa e da construção do experimento foi orientado pela hipótese de que as novas tecnologias de informação e comunicação podem abrigar formas diferenciadas de narrar, entender e alterar a realidade, na perspectiva do compartilhamento de práticas e saberes sociais, mais do que do acesso e da oferta de informações.

Os outros dispositivos – almanaques e fanzines - foram construídos em formato impresso como um hipertexto popular, baseado na associação de funções desse gênero textual com as novas tecnologias de informação e comunicação, o que permitiu representar os diálogos e as tensões entre os conhecimentos científicos, as informações das mídias, o saber técnico, o discurso político e as narrativas e saberes populares sobre o sentido da saúde, das condições de vida e das políticas públicas. A partir das narrativas e de perguntas formuladas pelos atores das pesquisas, esses formatos textuais procuram representar a complexidade das questões de saúde e sua constextualização. Os diferentes discursos e narrativas se configuram para produzir textos e intertextos: as definições técnicas; as estratégias políticas; o sofrimento; as experiências dos profissionais dos serviços de saúde; os discursos autorizados do Estado e dos agentes públicos; as informações das mídias. Acompanhando o ritmo das narrativas, os processos de saúde-doença-cuidado foram relacionados às questões sanitárias e de meio ambiente, às prioridades na aplicação dos recursos públicos, à necessidade de ações de prevenção e educação, aos limites entre as responsabilidades do governo e da sociedade, ao papel das mídias e outros meios de informação.

⁴⁵ Informação em Movimento; manual de hipermídia. Rio de Janeiro: Grupo de Pesquisa Antropologia da Informação, PPGCI/IBICT-ECO/UFRJ, 2001, 38p.

As representações formuladas pelos atores fornecem os fios norteadores das tramas conversacionais e hipertextuais: quais são as instituições autorizadas de produção de conhecimentos e informações sobre a saúde? Como organizam e legitimam o seu discurso? De que forma as pessoas se informam e formam sentidos sobre os cuidados de saúde? Quais são as facetas biológicas, sanitárias, políticas, sociais e econômicas das condições de vida e de saúde das populações? Como se organizam as redes sociais de contato e de mobilização de recursos no enfrentamento das questões de saúde? Uma vez que os problemas se apresentam de maneira recorrente, pergunta-se: a informação sobre saúde produz memória? Quais são suas formas de registro e seus rastros na memória institucional e na memória social e coletiva? Quais são os seus “efeitos de sentido?”

2.1 Os Almanques

O Almanaque da Dengue (2004) e o Almanaque do Agente Comunitário de Saúde (2011) foram produzidos enquanto dispositivos de informação e comunicação porque os almanques representam um gênero de narrativa e de representação informacional próximas de uma enciclopédia popular, ao fazer interagir e dialogar formas híbridas de informações, saberes e discursos, num contexto cultural. Existem aqueles que percebem nos almanques e em seu formato textual não linear algo que os aproxima das tecnologias e linguagens presentes no mundo interativo atual (FERREIRA, 2001), precursores do que se chama hoje de “hipertextos”. De fato, devido às suas marcas de leitura, remetimentos, citações e pluralidade textual, eles se assemelham a obras de referência, ao remeterem a outros elos de leitura e consulta e convidarem ao compartilhamento de narrativas e conversações sobre os conteúdos. Logo, leem-se almanques para obter informações e indicações para outras prováveis leituras e aprofundamentos, que variam segundo os interesses do leitor. De acordo com Pellegrini Filho (2009) o tema da saúde é um dos mais presentes nos almanques populares no Brasil, juntamente com astrologia, religiosidade, misticismo e predições, conselhos, cidadania, culinária, contos, poesias, além de anedotas, provérbios e jogos. No país, os almanques mais populares são os almanques de farmácia, de ampla divulgação e uso nas primeiras décadas do século XX, até os anos de 1970, patrocinados por laboratórios farmacêuticos (GOMES, 2006).

2.2 Os fanzines

O fanzine, pequeno formato de publicação muito usado para a comunicação escrita entre os jovens, foi escolhido para a construção do Zine Violento (2007), em três números, reunindo diferentes formas de expressão: as palavras e ritmos do *funk* e do *rap*, imagens,

graffites, fanzines, matérias de mídias, informações científicas e dados estatísticos sobre a incidência da violência entre os jovens. De forma diferente do almanaque, que emprega uma hipertextualidade conduzida por um jogo entre diferentes formas de informações e discursos, para os zines as representações e as linguagens em pequenos textos e imagens desenham as conversações sobre a violência a partir de sua expressão informacional e simbólica. Qual a serventia e a ação das informações nesse contexto? Quais são as suas mediações e usos possíveis? Essas perguntas orientaram a construção compartilhada e textual do Zine Violento, focando diferentes temas associados às vivências dos jovens com situações de violência em diferentes espaços da cidade, da escolar e da família: identidade, arte, redes e territórios.

Os espaços de construção compartilhada dos dispositivos configuram-se como territórios de (re) significação para a apropriação, mediações e produção de informações e saberes. Articulados aos contextos de vida dos agentes sociais, os sentidos construídos poderiam ter um uso nas situações práticas do mundo vivido, mesmo que não seja de forma imediata, uma vez que a apropriação de conhecimentos supõe a posse de informações anteriores para construir uma “reserva simbólica” com o fim de agir sobre os contextos e situações de vida.

De forma diferente dos modos de produção e de circulação dos materiais educativos, informacionais e comunicacionais, produzidos de forma unidirecional e impositiva no campo da saúde, a construção compartilhada desses experimentos realizou uma escolha editorial alternativa, coerente em relação à sua forma de construção. No lugar de distribuí-los nos circuitos institucionais e das mídias, realizam-se “oficinas de leitura e apropriação”, de forma presencial, em diferentes ambientes e ocasiões, a fim de multiplicar suas leituras, mediações e usos.

3 DISPOSITIVOS E CULTURA DIGITAL

O conceito de dispositivo é aplicado nas pesquisas a partir da sua compreensão por Foucault (1977), como um agenciamento de elementos que apresenta, entre outras, a particularidade de estar fundamentado em uma intenção de articular meios em função de uma finalidade, ela própria ligada a uma situação que exerce constrangimento e impõe limites (COUZINET, 2011; MARTELETO; COUZINET, 2012). Um dispositivo é, portanto, algo inscrito em um projeto, tendo uma missão ou finalidade a cumprir, numa situação particular, o que representa a sua força fundante e razão de ser, tanto quanto as limitações que pesam sobre os seus objetivos. Por outro lado, não é algo isolado, e encontra-se interligado a outros objetos da mesma natureza que lhe precedem ou sucedem, fazendo assim parte de um conjunto de

objetos e sentidos, todos eles atuando também enquanto dispositivos (METZGER, 2002). Para estudá-los é necessário desembaraçar os elos que os compõem e exercem uma força sobre o conjunto assim constituído (COUZINET, 2009) levando em conta as suas dimensões - técnica e social - constituídas por elementos, indivíduos e conjuntos técnicos, que se complexificam quanto mais dependem da intervenção humana (SIMONDON, 1989).

Embora resguardando a dimensão coercitiva e de poder inerente à vida social dos dispositivos em geral, a construção de dispositivos de informação e comunicação em saúde está orientada pelo interesse em produzi-los enquanto “seres culturais”, ou seja, como:

um complexo que associa objetos materiais, textos, representações e que resulta na elaboração e no compartilhamento de ideias, de informações, de saberes, de julgamentos. Trata-se de configurações dinâmicas que traduzem a elaboração histórica dos recursos e das questões da cultura para uma sociedade: posturas, saberes, valores, que não podem ser compreendidos de forma separada uns dos outros e que repousam sobre uma panóplia de objetos e de procedimentos, sem no entanto se reduzir a um único registro técnico (JEANNERET, 2008, p. 16).

Ao empregar a noção de “seres culturais” para a invenção e a reinterpretção dos dispositivos, trata-se de compreendê-los enquanto “compósitos” (LE MAREC, 2002), ou seja, como mistos de objetos, de representações e de práticas que fornecem às formas culturais de uma sociedade as suas referências de interpretação e de valor, servindo de operadores para as representações do mundo e para as posturas culturais e as categorias de entendimento e de julgamento que uma cultura poderia reconhecer. Nesse contexto, justifica-se a escolha de formas populares e triviais da expressão da cultura - os almanaques e os fanzines – como dispositivos de informação e comunicação em saúde, na medida em que eles expressam as linguagens, narrativas e compreensões próprias ao mundo vivido cotidiano.

No processo de reconfiguração dos dispositivos enquanto seres culturais, trata-se de elaborar uma compreensão do que seja uma “cultura digital”, inscrita numa dimensão temporal e histórica, a fim de não reificá-la, e sim obter elementos sobre a plasticidade e as interpretações possíveis de suas composições. A esse propósito pergunta-se se a cultura digital seria uma nova cultura ou configuraria o aporte das tecnologias e seu “impacto” na nova reconfiguração do mundo cultural. Diante dessas questões, que se complementam, caberia interrogar ainda:

a partir de qual momento e sob quais condições, esses usos das mídias informatizadas foi acompanhado pelo surgimento de modos de fazer e de objetos culturais até então desconhecidos? Nós nos alternamos entre o impacto do digital sobre a cultura e a questão da constituição de uma “cultura digital” (DAVALLON, 2012).

Monnoyer-Smith (2013) ao considerar a web enquanto espaço de expressão e movimento de uma “cultura digital”, lembra que ela se caracteriza por sua opacidade sociotécnica a qual contribui, ao mesmo tempo, para estruturar as mediações em seu interior (mediações em linha) e em seu exterior (mediações fora de linha). O espaço web-digital resulta ele próprio desse conjunto de mediações, que permite traçar os seus próprios contornos - técnicos, funcionais e de uso. O mesmo autor firma que existem duas tendências correntes que orientam a compreensão desse espaço: a reificação e a naturalização. A primeira, a reificação, consiste em considerar a web como uma realidade monolítica, externa aos atores, que a utilizam como um objeto neutro para lhe atribuir um sentido através da sua instrumentalização sociosemiótica. Outra tendência seria a naturalização, que consiste em entender a web como o nivelamento das relações de mediações a partir das quais ela se formou, sem levar em conta o conjunto heterogêneo e evolutivo de seus componentes, sejam eles técnicos ou sociais. Desse modo, uma via terceira para estudar o espaço da web como o funcionamento de uma “cultura digital”, partiria do entendimento de que aquilo que está “dobrado” na web e permanece invisível na superfície dos escritos na tela, é um construto sociotécnico que convém desdobrar para torná-lo inteligível (MONNOYER-SMITH, 2013).

Trata-se, portanto, de corroborar com a hipótese de que diante do avanço tecnológico há uma reorganização potencial de todas as esferas da sociedade, inclusive dos espaços de texto e da memória, que compreendem a produção e a apropriação do conhecimento. Processos que pressupõem a escrita e a leitura, e que se renovam e se reformulam através das tecnologias intelectuais, alargando, conseqüentemente, as zonas de indagação sobre os domínios da informação, da comunicação e da cultura.

São estas renovações ou metamorfoses que se dão nos processos de produção e de apropriação do conhecimento, durante a passagem de uma interface textual para um meio digital, que interessa discutir neste trabalho. Observa-se, por exemplo, que a virtualização pode potencializar a abertura de novas metáforas no espaço semântico do texto, ao mesmo tempo em que pode criar uma concorrência complexa entre a observação, a leitura e a interação dificultando o processo de apropriação (SAEMMER, 2008). Encontrou-se na literatura francesa das Ciências da informação e da comunicação um debate fértil sobre as questões e problemas que surgem em relação ao texto e suas camadas de composição, diante do avanço da cultura digital com suas dimensões gráficas, interativas e visuais, ou seja, intersemióticas.

4 O SOCIAL E O TEXTUAL NA CULTURA DIGITAL

Face às mudanças trazidas pelas novas TICs e das especificidades das relações intersemióticas que caracterizam a cultura digital, alguns conceitos foram retomados, e mesmo criados, a fim de enriquecer esta discussão. Com o intuito de aprofundar teoricamente o processo de reconfiguração dos dispositivos de informação e comunicação em saúde, abordam-se alguns desses conceitos, a saber: texto, hipertexto, arquitexto, contrato de leitura e contrato de conversação.

O termo “texto” permaneceu por muito tempo associado a um conjunto de palavras escritas, coerente e passível de ser analisado. Somente diante da indefinição trazida pela proposta da semiótica contemporânea, que afirmou que o signo não existe por si só, ou seja, que ele é um objeto cultural e plurisemiótico, um sistema de signos apresentado através de palavras - escritas e orais - imagens, sons e gestos, que a noção de texto foi ampliada. Sob esse prisma, este último pôde ser compreendido como um conceito-viajante que transpassa vários campos do conhecimento (teoria literária, linguística, filosofia, semiótica, ciências da informação e da comunicação, dentre outros), onde usualmente engendra sentidos únicos.

Esta definição ampliada também rompeu com a abordagem grafocêntrica, na qual o texto se definiria, a grosso modo, como todo discurso escrito e de certa maneira estático. Ao mesmo tempo em que se reconhece o texto como um sistema de signos, a semiótica contemporânea, ao anunciar o encontro dinâmico entre sujeito e língua, possibilitou o debate sobre a mobilidade inerente a este sistema, que pode oscilar de acordo com as possibilidades “ilimitadas” de leitura.

Davallon *et al.* (2003) aprofunda esta discussão e ressalta que a noção de texto não pode ser definida apenas como semiótica (sistema de signos), uma vez que para se tornar um “texto”, o objeto deve ser reconhecido socialmente como tal. Sua construção está intimamente associada à materialidade do objeto e ao modo como ele é construído e usado em uma determinada sociedade. O texto possuiria assim dimensões semiótica e simbólica. E a tensão constante entre a homogeneidade e heterogeneidade, apontaria para uma característica intrínseca importante deste objeto: a sua dupla face ou seu paradoxo. Podemos, assim, defini-lo como uma estrutura de enunciados - orais, escritos, imagéticos, sonoros – que podem ter sua virtualidade expandida.

Na semiótica, representada pelos estudos de Barthes (1973) aparecem algumas características do texto, que seriam retomadas posteriormente no termo hipertexto adotado pela cibernética. O autor compreende o texto como uma galáxia de significantes, reversível,

com as mais diversas virtualidades e funções que se interligam conforme a relação entre leitor e autor. Vale assinalar que o termo hipertexto surge antes da criação da web, em 1965, referindo-se a uma forma não linear de apresentar a informação textual. Trata-se de uma rede de remissões internas ao texto em reconstrução permanente, que possui unidades básicas, permitindo assim a construção de elos conceituais entre textos e iconografias paralelas, a associação a outros dados e a integração de palavras e imagens.

A corporificação do hipertexto se dá somente com o advento da web. Nesta perspectiva, o hipertexto pode ser entendido como um sistema reticular, distribuído, aparentemente infinito, que depende da habilidade do “leitor” de manipular seus elos conceituais e estabelecer ligações lógicas de significação entre diferentes textos ocultos, e que exprime os interesses e os conhecimentos de uma comunidade em tempo real.

Esta materialização do hipertexto na web exigiu a análise de uma nova arquitetura textual, nomeada de “arquitexto”. Afinal aquilo que se vê representado na tela, no texto ou na imagem é regido por uma combinação de algoritmos, um código matemático, que geralmente permanece escondido ou invisível em uma outra dimensão desta estrutura. O arquitexto, segundo Davallon (2012), é uma ferramenta de engenharia textual híbrida, herdeira da computação, da lógica e da linguística, que permite fazer o elo entre as linguagens técnica e simbólica e que rege os mais diversos circuitos do texto digital (redação, edição, leitura, etc.). Assim, a noção de arquitexto designa os objetos informáticos capazes de reger a escrita e fornecer seus formatos e seus recursos: por exemplo, o tratamento do texto fornece os recursos para a redação, o *software* de mensagens oferece o enquadramento para as trocas, os motores de busca tornam possível o acesso aos textos: um arquitexto é uma escrita da escrita, uma escrita que condiciona outras escritas” (TARDY; JEANNERET, 2007, p. 24). Para compreender o modo de operação dos arquitextos em contextos específicos, é necessário estudar o seu papel de “operadores do encontro entre mediações técnicas (quais ferramentas?), mediações sociais (quais coletivos?) e mediações escritas (quais textos?)” (ibidem, p. 32). Em qualquer caso é relevante considerar que não é o limite de uma estrutura organizacional ou um campo que prevalece nos estudos sobre os arquitextos, mas a circulação dos objetos sociosemióticos em espaços diferenciados. Para uma análise aprofundada desses artefatos, busca-se evidenciar como estes comportam: “[...] uma escrita das práticas, os recursos semióticos dessa representação, a maneira como o arquitexto, pela sua dimensão operacional, proporciona, por outro lado, a antecipação de usos possíveis” (ibidem, p. 32).

Desse modo, é oportuno lembrar que o termo-conceito *arquitexto* se refere tanto a uma *arquitetura* informacional técnica e simbólica, quanto à memória e aos traços de autoria,

mediações, apropriações e usos sociais dos textos, constituindo um *arquivo* textual em constante movimento.

5 CONTRATO DE LEITURA E CONTRATO DE CONVERSAÇÃO

Outra discussão que parece relevante aos propósitos da reflexão sobre a reconfiguração de dispositivos infocomunicacionais é sobre as modificações que se dão no processo de construção do texto e da leitura na cultura digital. Véron, no início dos anos de 1980, formulou o conceito de “contrato de leitura” para se referir à problemática das interações entre a mídia escrita (inicialmente através da análise de revistas femininas) e seus receptores. Segundo Véron, existe uma negociação ou um contrato que se estabelece entre os editores e leitores. Há sempre uma escolha em noticiar um acontecimento e os rastros deste posicionamento podem ser identificados nas diferentes publicações. Mesmo em revistas com conteúdo bastante similares, como no caso de revistas voltadas para as mulheres, por exemplo, podem-se perceber posicionamentos e identidades bem específicos (“a leitora da Elle”; “a leitora da Marie-Claire”; a “leitora da Vogue”, etc.) (VERON, 1985; PATRIN-LECLERE; GRANIER, 2014)

Assim, apesar de um texto ou um discurso apresentar um cenário ou um caminho de leitura, mais ou menos limitado e sinalizado, as maneiras que o receptor possui de se apropriar do que é expresso são múltiplas. Véron (1985) afirma que este discurso jamais é estático, ele é habitado por atores, cenários e objetos. O ato de ler, implicado no modelo de “contrato de leitura”, associa-se ao ato de dar vida a este discurso, ou seja, o leitor ou receptor não é passivo. Ao afirmar que “ler é fazer”, Véron está ressaltando o processo de negociação e interlocução constante que existe entre o leitor e o editor ou escritor. Trata-se de uma troca permanente. O emissor deve, por exemplo, ser reconhecido pelo receptor como uma figura de autoridade ou de importância para que seu discurso seja “validado”. Este reconhecimento, por sua vez, também influencia os “modos de dizer” daquele que enuncia.

O conceito de “contrato de leitura”, portanto, problematizou a relação entre a mídia e a audiência. Permitiu que os pesquisadores e editores refletissem sobre as expectativas da audiência, agora um “destinatário construído”, não mais abstrato. A partir deste momento, existe uma preocupação do enunciador não apenas com o conteúdo, mas com a figura da audiência e em como criar um vínculo contínuo com ela. O receptor passa a ser incorporado no discurso (GRANIER, 2011).

O conceito de “contrato de leitura” tornou-se ainda mais notório no momento em que a comunicação de massa começa a se expandir. Para diminuir a distância entre emissor e

receptor, as mídias se apropriam do conceito de contrato e começam a desenhar, através de pesquisas ou imaginariamente, um destinatário. Trata-se de reconhecer o público ou o destinatário como representado e corporificado, além da existência de um universo de produção e de recepção de informações co-interpretado.

Diante do avanço da cultura digital, Granier (2011) propõe, numa releitura de Eliseo Verón, uma ampliação ou modificação do conceito de “contrato de leitura” para “contrato de conversação”. A web 2.0, com suas novas tecnologias colaborativas e interativas, modificou e ampliou não somente as formas de ver e pensar dos indivíduos, como sua relação com o conhecimento. Mais do que um leitor, a audiência é agora um interlocutor, que em determinados casos pode intervir diretamente no conteúdo e na forma de um veículo de comunicação. Ele não é somente representado no texto, mas está ali presente. É importante ressaltar, contudo, que assim como a noção de texto implica em um sistema prévio de signos, ou o arquitexto aponta para uma arquitetura básica da escrita de tela, também as mídias digitais, inclusive a 2.0, possuem um universo limitado de combinações e interpretações, mesmo que a princípio elas pareçam infinitas. Ou seja, estas mídias não são totalmente livres, elas também possuem normas, códigos, negociações e conversações, uma vez que refletem as relações sociais que as regem. De um “contrato de leitura”, no qual o receptor aparece representado no conteúdo midiático, passa-se ao “contrato de conversação”, no qual ele é parte da mídia. As definições de emissor e receptor, autor e leitor, também ganham novas roupagens neste cenário, bem como as modalidades de mediações técnicas, sociais, cognitivas e simbólicas.

6 CAMINHOS E CONCLUSÕES PARCIAIS

Nesse caminho reflexivo a respeito da reconstrução dos dispositivos em ambiente digital, considera-se a web como uma mídia na qual os textos recebem uma forma editorial, mas também como um lugar onde certos imaginários participam, pela escrita, de um espaço narrativo que apesar de estar tecnicamente interconectado, permaneça profundamente heterogêneo (DAVALLON, 2012). Diante dessa dispersão e variedade, de que forma reconfigurar esses experimentos de forma a resguardar as suas marcas sociais e seus contextos de produção originais? É possível antecipar suas formas de acesso, leitura, uso, apropriações? Quais as mediações a serem previstas para a sua representação arquitextual, relacional e interativa? Trata-se de dimensionar essa (re) construção como um projeto experimental que associa informação-comunicação-tecnologia em saúde para compreender e operacionalizar os novos dispositivos.

O foco é dessa forma orientado sobre a maneira como se atualiza uma forma de escrita e de manipulação de textos a partir de saberes compartilhados, tornando visível uma teia de práticas e sentidos evocada no instante das leituras e apropriações. Por isso, a análise não pode ser conduzida em termos da recepção de uma obra ou produto já realizado, e sim de textos, gestos editoriais e valores que conformam os “seres culturais”. É necessário então questionar a tradicional classificação dos textos e gêneros, no caso, dos escritos populares, sem no entanto perder de vista sua permanência e seus sentidos no imaginário social e cultural. Nesse mesmo sentido, questiona-se também uma certa “personificação da recepção” para interessar-se pelos objetos textuais produzidos, pelos atores, pelas mediações, assim como pela circulação dos textos (SOUCHIER et al., 2007).

O lugar determinante dado à materialidade dos dispositivos de informação em comunicação em saúde, suas formas textuais e suas marcas relacionais, sociais, cognitivas e semânticas não caracteriza o estudo enquanto uma abordagem tecnicista. Continua sendo uma abordagem socioantropológica que centraliza a investigação sobre as múltiplas mediações asseguradas pelas narrativas populares em seu confronto e hibridações com o saber e o discurso autorizados, e se defronta com as intensas transformações das mídias.

Outra questão de relevo seriam o acesso e a operacionalização dos dispositivos construídos de forma compartilhada em sua origem, uma vez reconfigurados em seu novo ambiente, o digital. Quais seriam os caminhos textuais para promover o compartilhamento, a interação, a oralidade que caracterizam os modos de comunicação populares?

REFERÊNCIAS

ALMANAQUE da Dengue. Rio de Janeiro: Ibict/UFRJ, 2004.

ALMANAQUE do Agente Comunitário de Saúde. Rio de Janeiro: Ibict/UFRJ, 2011.

BARTHES, R. *S/Z*. Paris: Editions du Seuil, 1973.

CARVALHO, M. A. P.; ACIOLI, S.; STOTZ, E. N. O processo de construção partilhada do conhecimento: uma experiência de investigação científica do ponto de vista popular. In: VASCONCELOS, E. M. (Org.). **A saúde nas palavras e nos gestos**: reflexões da rede de educação popular em saúde. São Paulo: Hucitec, 2001, p. 101-114.

COUZINET, V. (Org.) **Dispositifs info-communicationnels**: questions de médiations documentaires. Paris: Hermes Science; Lavoisier, 2009.

DAVALLON, J. (Org.). **L' économie des écritures sur le web**: traces d' usage dans un corpus de sites de tourisme. Paris: Hermes Science; Lavoisier, 2012. 1 v.

DAVALLON, J. Du numérique pour la culture à la culture numérique? In: JORNADA CIENTÍFICA INTERNACIONAL DA REDE MUSSI, 2., 2012, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio

de Janeiro: Rede Franco-Brasileira de Pesquisadores em Mediações e Usos Sociais de Saberes e Informação. Rio de Janeiro: 2012. p. 21-38.

DAVALLON, J. et al. Introduction In: _____. **Lire, écrire, récrire**: objets, signes et pratiques des médias informatisés. Paris: Éditions de la Bibliothèque publique d'information, 2003.

FERREIRA, J. C. Almanaque. In: MEYER, M. (Org.). **Do Almanak aos Almanques**. São Paulo: Ateliê Editorial: Fundação Memorial da América Latina, 2001.

FOUCAULT, M. Le jeu de Michel Foucault [entretien avec D. Colas *et al.*]. **Ornicar? Bulletin périodique du champ freudien**, n.10, p.62-93, juillet 1977.

GOMES, M. L. Vendendo saúde! Revisitando os antigos almanques de farmácia. **História, Ciência, Saúde-Manguinhos**, v. 13, n. 4, p. 1007-1018, out./dez. 2006.

GRANIER, J. M. Du contrat de lecture au contrat de conversation. **Communication & Langages**, Paris, n. 169, p. 51-62, sept. 2011.

GRANIER, J. M. Hommage à Eliseo Verón. **Effeuillage**: la revue qui met les medias à nu, n.3, p. 8-9, 2014.

JEANNERET, Y. **Penser la trivialité**: la vie triviale des êtres culturels. Paris: Hermes Science: Lavoisier, 2008. 1 v.

LE MAREC, J. **Ce que le “terrain” fait aux concepts**: vers une théorie des composites. 2002. 187 f. Mémoire pour l' habilitation à diriger des recherches – Université Paris VII, Paris, 2002.

MARTELETO, R. M. Redes sociais: formas de participação e de informação. In: GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N.; LIMA, C. R. M. (Orgs.). **Informação e democracia**: a reflexão contemporânea da ética e da política. Brasília, DF: Ibict, 2010. p. 156-166.

MARTELETO, R. M. Jovens, violência e saúde: construção de informações nos processos de mediação e apropriação de conhecimentos. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**. Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 17-25, 2009.

MARTELETO, R. M.; COUZINET, V. Mediações e dispositivos de informação e comunicação na apropriação de conhecimentos: elementos conceituais e empíricos a partir de olhares intercruzados. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**. Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 1-16, 2013.

MARTELETO, R. M.; VALLA, V. V. Informação e Educação Popular: o conhecimento social no campo da saúde. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 8, n.1, p. 08-21, 2003.

MARTELETO, R. M.; NÓBREGA, N. G.; MORADO, D. Cultura informacional: demarcações de uma linha de estudos de cultura, informação e sociedade. In: ALBAGLI, S. (Org.). **Fronteiras da Ciência da Informação**. Brasília, DF: Ibict, 2013. p. 6-26.

MARTELETO, R.M.; NÓBREGA, N. G.; GUIMARÃES, C. Almanaque da Dengue: conhecimento, informação e narrativas de saúde. In: MARTELETO, R. M.; STOTZ, E. N. (Org.). **Informação, Saúde e Redes Sociais**: diálogos de conhecimentos nas comunidades da Maré. Rio de Janeiro: Fiocruz; Belo Horizonte: UFMG, 2009. p. 83-106.

METZGER, J.P. Les trois pôles de la Science de l'information. **Actes du Colloque International MICS-LERASS Recherches Récentes en Sciences de l'Information: convergences et dynamiques**. Toulouse, 21-22 mars 2002, ABBS, p. 17-28, 2002.

MONNOYER-SMITH, L. Le web comme dispositif. In: BARATS, C. **Manuel d'analyse du web**. Paris: Armand Collin, 2013. p. 12-31.

PELEGRINI FILHO, A. **Comunicação popular escrita**. São Paulo: Edusp, 2009.

RIBEIRO, L. B.; OLIVEIRA, C. I. C.; WILKE, V. C. L. A informação potencializada no texto fílmico. **Datagramazero**, Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 4, n. 6, 2003.

SAEMMER, A. Le texte résiste-t-il à l'hypermédia? **Communication & Langages**, Paris, n. 155, p. 63-79, mars 2008.

SIMONDON, G. Du mode d'existence des objets techniques. Paris: Aubier, 1989

SOUCHIER, E. et al. Réécritures appareillées: appropriations de l'oeuvre de Raymond Queneau sur Internet. In: TARDY, C; JEANNERET, Y. (Orgs.) **L'écriture des médias informatisés: espaces et pratiques**. Paris: Hermes Science: Lavoisier, 2007.

TARDY, C.; JEANNERET, Y. (Org.) **L'écriture des médias informatisés**. Paris: Hermes Science: Lavoisier, 2007.

VERON, E. L'analyse du contrat de lecture. **Les médias: expériences et recherches actuelles**, Paris: IREP, 1985.

Zine Violento. Rio de Janeiro: Ibict/UFRJ; Belo Horizonte: ECI/UFMG, 2007.